

CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DE MATO GROSSO - CAU/MT

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO - CAU/MT

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor do
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso - CAU/MT
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso - CAU/MT ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso - CAU/MT em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") publicou, em 04 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente, o Sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F - S - MT


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3 - S - MT

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.698.788,11	1.248.138,28	PASSIVO CIRCULANTE	134.761,34	128.368,39
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	967.982,22	663.359,03	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	79.416,84	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	542.604,37	385.990,16	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	594.814,98	473.603,43	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	54.253,84	9.104,84
CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR	996.051,62	657.193,21	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	22,20	0,00
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	1.048.262,23	744.806,48	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	179.495,03	191.791,22	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	118.507,29
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.068,46	756,26
ESTOQUES	0,00	0,00		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8.706,49	6.997,87		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.888.361,98	1.934.701,37	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	151.525,40	101.000,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	1.888.361,98	1.934.701,37	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	507.243,70	439.300,70	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	1.710.000,00	1.710.000,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	151.525,40	101.000,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	328.881,72	214.599,33	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	286.286,74	229.368,39

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	3.300.863,35	2.953.471,26
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.300.863,35	2.953.471,26
TOTAL	3.587.150,09	3.182.839,65	TOTAL	3.587.150,09	3.182.839,65
ATIVO FINANCEIRO	967.982,22	663.359,03	PASSIVO FINANCEIRO	134.761,34	128.368,39
ATIVO PERMANENTE	2.619.167,87	2.519.480,62	PASSIVO PERMANENTE	151.525,40	101.000,00
SALDO PATRIMONIAL				3.300.863,35	2.953.471,26

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	59.150,05	42.022,05
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	59.150,05D	42.022,05D

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	833.220,88	534.990,64

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	3.215.419,31	2.801.088,84	Despesa Orçamentária	2.968.718,84	4.267.794,18
RECEITA REALIZADA	3.215.419,31	2.801.088,84	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	54.253,84	9.104,84
RECEITA CORRENTE	3.215.419,31	2.801.088,84	CREDITO EMPENHADO – PAGO	2.914.465,00	4.258.689,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	889.718,13	773.566,75	DESPESA CORRENTE	2.846.522,00	2.493.949,35
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	889.718,13	773.566,75	PESSOAL	1.460.375,58	1.405.616,47
ANUIDADES	889.718,13	773.566,75	MATERIAL DE CONSUMO	57.200,21	21.156,80
RECEITA DE SERVIÇOS	2.171.407,59	1.851.696,45	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	194.010,06	108.720,06
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.335,56	4.610,20	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	734.612,61	487.261,88
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	2.158.980,79	1.846.354,25	ENCARGOS DIVERSOS	123.049,30	114.775,77
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	9.091,24	732,00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	277.274,24	303.558,06
FINANCEIRAS	116.020,18	156.382,61	DESPESA DE CAPITAL	67.943,00	1.764.739,99
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	19.305,61	5.298,40	INVESTIMENTOS	67.943,00	1.764.739,99
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		15.557,86	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		52.860,31
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	96.714,57	135.526,35			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	35.540,61	11.129,06			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		1.537,79			
MULTAS SOBRE ANUIDADES		18.143,81			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	61.173,96	104.715,69			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.273,41	19.443,03			
MULTAS DE INFRAÇÕES	837,76	1.757,52			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	37.435,65	17.408,87			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		276,64			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	559.561,00	550.551,65	Pagamentos Extraorçamentários	501.638,28	564.931,49
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	54.253,84	9.104,84	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	9.104,84	12.714,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	287.285,71	160.304,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	278.033,89	160.186,84
Outros Recebimentos Extraorçamentários	218.021,45	381.142,19	Outros Pagamentos Extraorçamentários	214.499,55	392.030,05
Saldo em espécie do Exercício Anterior	663.359,03	2.144.444,21	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	967.982,22	663.359,03
Caixa e Equivalente de Caixa	663.359,03	2.144.444,21	Caixa e Equivalente de Caixa	967.982,22	663.359,03
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	4.438.339,34	5.496.084,70		4.438.339,34	5.496.084,70

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	3.104.695,00	3.104.695,00	3.215.419,31	110.724,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	975.338,00	975.338,00	889.718,13	-85.619,87
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	975.338,00	975.338,00	889.718,13	-85.619,87
ANUIDADES	975.338,00	975.338,00	889.718,13	-85.619,87
RECEITA DE SERVIÇOS	1.974.113,00	1.974.113,00	2.171.407,59	197.294,59
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	3.335,56	3.335,56
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.974.113,00	1.974.113,00	2.158.980,79	184.867,79
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	9.091,24	9.091,24
FINANCEIRAS	132.725,00	132.725,00	116.857,94	-15.867,06
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	19.305,61	19.305,61
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	132.725,00	132.725,00	97.552,33	-35.172,67
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	35.540,61	35.540,61
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	837,76	837,76
MULTAS SOBRE ANUIDADES	132.725,00	132.725,00	0,00	-132.725,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	61.173,96	61.173,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.519,00	22.519,00	37.435,65	14.916,65
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.519,00	22.519,00	37.435,65	14.916,65
RECEITA DE CAPITAL	40.000,00	430.000,00	0,00	-430.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	430.000,00	0,00	-430.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			40.000,00	430.000,00	0,00	-430.000,00	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			3.144.695,00	3.534.695,00	3.215.419,31	-319.275,69	
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL			3.144.695,00	3.534.695,00	3.215.419,31	-319.275,69	
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE		3.042.695,00	3.274.432,88	2.900.775,84	2.900.775,84	2.846.522,00	373.657,04
PESSOAL		1.649.100,00	1.606.753,87	1.460.801,28	1.460.801,28	1.460.375,58	145.952,59
PESSOAL E ENCARGOS		1.479.100,00	1.560.560,11	1.419.706,28	1.419.706,28	1.419.280,58	140.853,83
DIÁRIAS		170.000,00	46.193,76	41.095,00	41.095,00	41.095,00	5.098,76
MATERIAL DE CONSUMO		54.500,00	71.160,98	58.149,42	58.149,42	57.200,21	13.011,56
MATERIAL DE CONSUMO		54.500,00	71.160,98	58.149,42	58.149,42	57.200,21	13.011,56
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		182.820,00	206.741,64	194.010,06	194.010,06	194.010,06	12.731,58
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS		104.000,00	103.000,00	93.176,60	93.176,60	93.176,60	9.823,40
DIÁRIAS		78.820,00	103.741,64	100.833,46	100.833,46	100.833,46	2.908,18
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		749.882,00	882.610,65	768.881,54	768.881,54	734.612,61	113.729,11
SERVIÇOS DE CONSULTORIA/ASSESSORIA		14.400,00	18.137,88	17.346,04	17.346,04	17.346,04	791,84
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO		180.000,00	313.090,32	310.956,59	310.956,59	310.956,59	2.133,73
SERVIÇOS PRESTADOS		370.700,00	358.679,22	303.395,45	303.395,45	269.126,52	55.283,77
PASSAGENS		184.782,00	192.703,23	137.183,46	137.183,46	137.183,46	55.519,77
ENCARGOS DIVERSOS		121.400,00	127.946,99	123.049,30	123.049,30	123.049,30	4.897,69
ENCARGOS DIVERSOS		121.400,00	127.946,99	123.049,30	123.049,30	123.049,30	4.897,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		284.993,00	379.218,75	295.884,24	295.884,24	277.274,24	83.334,51
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF		65.150,00	65.150,00	54.291,60	54.291,60	54.291,60	10.858,40
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO		0,00	78.537,11	21.860,00	21.860,00	3.250,00	56.677,11

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	219.843,00	235.531,64	219.732,64	219.732,64	219.732,64	15.799,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	40.000,00	198.262,12	67.943,00	67.943,00	67.943,00	130.319,12
INVESTIMENTOS	40.000,00	198.262,12	67.943,00	67.943,00	67.943,00	130.319,12
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	40.000,00	198.262,12	67.943,00	67.943,00	67.943,00	130.319,12
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	3.144.695,00	3.534.695,00	2.968.718,84	2.968.718,84	2.914.465,00	565.976,16
SUPERÁVIT	0,00	0,00	246.700,47	0,00	0,00	-246.700,47
TOTAL	3.144.695,00	3.534.695,00	3.215.419,31	2.968.718,84	2.914.465,00	319.275,69

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.694.519,14	3.293.579,12	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.347.127,05	2.711.800,33
CONTRIBUIÇÕES	1.368.817,96	1.266.315,00	PESSOAL E ENCARGOS	1.259.356,69	1.347.086,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.368.817,96	1.266.315,00	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.126.514,11	1.200.146,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.368.817,96	1.266.315,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.126.514,11	1.200.146,04
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2.171.407,59	1.851.696,45	BENEFÍCIOS A PESSOAL	132.842,58	146.940,00
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.171.407,59	1.851.696,45	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	132.842,58	146.940,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.171.407,59	1.851.696,45	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.297.759,09	901.882,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	116.857,94	157.882,16	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	58.149,42	21.156,80
JUROS E ENCARGOS DE MORA	20.143,37	22.355,81	CONSUMO DE MATERIAL	58.149,42	21.156,80
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	20.143,37	22.355,81	SERVIÇOS	1.125.327,28	826.956,83
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	35.540,61	12.666,85	DIARIAS	141.928,46	88.138,50
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	35.540,61	12.666,85	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	230.360,06	198.036,14
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	61.173,96	122.859,50	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	753.038,76	540.782,19
MULTAS SOBRE ANUIDADES	61.173,96	122.859,50	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	114.282,39	53.768,52
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	37.435,65	17.685,51	DEPRECIACAO	114.282,39	53.768,52
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	276,64	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	295.884,24	303.558,06
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	276,64	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	295.884,24	303.558,06
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	37.435,65	17.408,87	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	295.884,24	303.558,06
INDENIZAÇÕES	37.435,65	17.408,87	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	323.268,16	58.274,08
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	323.268,16	58.274,08
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	323.268,16	58.274,08
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	170.858,87	101.000,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	170.858,87	101.000,00
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	170.858,87	101.000,00

Total das Variações Ativas :	3.694.519,14	3.293.579,12	Total das Variações Passivas :	3.347.127,05	2.711.800,33
-------------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------------------------	---------------------	---------------------

RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	347.392,09	581.778,79
Total	3.694.519,14	3.293.579,12	Total	3.694.519,14	3.293.579,12

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	3.215.419,31	2.801.088,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	889.718,13	773.566,75
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	889.718,13	773.566,75
ANUIDADES	889.718,13	773.566,75
RECEITA DE SERVIÇOS	2.171.407,59	1.851.696,45
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.335,56	4.610,20
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	2.158.980,79	1.846.354,25
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	9.091,24	732,00
FINANCEIRAS	116.020,18	156.382,61
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	19.305,61	5.298,40
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	15.557,86
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	96.714,57	135.526,35
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	35.540,61	11.129,06
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	1.537,79
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	18.143,81
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	61.173,96	104.715,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.273,41	19.443,03
MULTAS DE INFRAÇÕES	837,76	1.757,52
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	37.435,65	17.408,87
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	276,64
OUTROS INGRESSOS	505.307,16	541.446,81
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	2.846.522,00	2.493.949,35
PESSOAL	1.460.375,58	1.405.616,47
MATERIAL DE CONSUMO	57.200,21	21.156,80
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	194.010,06	108.720,06
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	734.612,61	487.261,88
ENCARGOS DIVERSOS	123.049,30	114.775,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	277.274,24	303.558,06
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	52.860,31
OUTROS DESEMBOLSOS	501.638,28	564.931,49
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	372.566,19	283.654,81
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	67.943,00	1.764.739,99
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-67.943,00	-1.764.739,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	304.623,19	-1.481.085,18
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	663.359,03	2.144.444,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	967.982,22	663.359,03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO - CAU/MT

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso - CAU/MT, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Av. São Sebastião, 3161 Ed. Xingu Business Center salas 301 a 305, bairro Quilombo, CEP 78.045-000.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MT procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MT, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MT segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MT procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/MT adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco do Brasil c/movimento	8.975	102
Banco do Brasil c/arrecadação	4.878	5.176
Bancos c/ vinculada a aplicações financeiras BBrasil 35629-8	2.549	502
Banco Brasil Aplicação 36629-3	951.580	657.579
	<u>967.982</u>	<u>663.359</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	594.815	473.603
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	996.051	657.193
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.048.262)	(744.806)
	<u>542.604</u>	<u>385.990</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2019	2018
Adiantamento Funcionários	11.671	20.551
Diversos Responsáveis	1.393	5.403
Entidades Públicas Devedoras A	1.376	-
Decorrentes de Anuidades PF	77.372	78.154
Decorrentes de Anuidades PJ	87.683	87.683
	<u>179.495</u>	<u>191.791</u>

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	2019	2018
Aluguéis/Seguros Antecipados	8.706	6.997
	<u>8.706</u>	<u>6.997</u>

O saldo acima refere-se ao seguro do veículo do CAU/MT e ao seguro da sede e do escritório descentralizado em Sinop.

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Móveis e Utensílios	192.635	(88.765)	103.870	92.306
Máquinas e Equipamentos	48.843	(20.691)	28.152	21.466
Instalações	60.567	(7.067)	53.500	34.575
Utensílios de Copa e Cozinha	3.162	(1.774)	1.388	1.697
Veículos	58.100	(50.547)	7.553	14.525
Equipamentos de Proc. De Dados	142.047	(86.948)	55.099	68.752
Biblioteca	1.889	(299)	1.590	1.779
Imóveis	1.710.000	(72.790)	1.637.210	1.699.601
Total	2.217.243	(328.881)	1.888.362	1.934.701

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Móveis e utensílios	163.858	28.777	-	(88.765)	103.870
Máquinas e Equipamentos	38.324	10.519	-	(20.691)	28.152
Instalações	36.720	23.847	-	(7.067)	53.500
Utensílios de Copa e Cozinha	3162	-	-	(1.774)	1.388
Veículos	58100	-	-	(50.547)	7.553
Equipamentos de Proc. De Dados	137.247	4.800	-	(86.948)	55.099
Biblioteca	1889	-	-	(299)	1.590
Imóveis	1710000	-	-	(72.790)	1.637.210
Total	2.149.300	67.943	-	(328.881)	1.888.362

O valor de R\$ 28.777 refere-se ao processo de finalização da adequação da sede no qual foram necessárias ser feitas aquisições para um melhor funcionamento do ambiente conforme demanda interna. O mesmo se deu para o valor apresentado em Instalações que na composição do saldo temos a aquisição e instalação do piso vinílico da sede. O valor de R\$ 10.519 refere à aquisição de 3 (três) aparelhos de ar condicionado e uma central telefônica com seus devidos componentes. Já o valor de R\$ 4.800, deveu-se à aquisição de 2 (dois) coletores de assinatura para atender à demanda deste Conselho.

10. Fornecedores a pagar

	2019	2018
Restos a Pagar Processados em 2019	54.253	9.104
	54.253	9.104

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Conforme art. 36 da lei 4.320/64 consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas. Deste modo, a despesa orçamentária empenhada que não for paga até o dia 31 de dezembro, final do exercício financeiro, será considerada como restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro. Uma vez empenhada, a despesa pertence ao exercício financeiro em que o empenho ocorreu, onerando a dotação orçamentária daquele exercício. A variação significativa deveu-se aos empenhos do dia do arquiteto e ao empenho de convênio/patrocínio.

11. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
Férias	57.944	90.839
INSS s/férias	14.722	19.712
FGTS s/férias	5.647	7.047
PIS/PASEP s/férias	1.103	908
Total	79.416	118.507

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes. As provisões para férias e encargos são feitas conforme relatórios administrativos de acompanhamento de férias. Os ajustes são feitos conforme saldos correspondentes.

12. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
IRRF	1.068	756
Total	1.068	756

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, estão assim representadas:

	2019	2018
Provisão p/ações Cíveis/Trabalhistas a LP	151.525	101.000
	151.525	101.000

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Tivemos uma variação do saldo nesta conta em virtude de reclamações trabalhistas impetradas por alguns funcionários deste Conselho, considerando que tivemos alguns acordos e o valor provisionado que chegou a ser de R\$271.859.

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2019
Trabalhistas	101.000	170.858	-	120.333	-	151.525
Total	<u>101.000</u>	<u>170.858</u>	<u>-</u>	<u>120.333</u>	<u>-</u>	<u>151.525</u>

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

14. Patrimônio Líquido

Descrição	2019	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	347.392	581.779
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	2.953.471	2.371.692
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Patrimônio Líquido	<u>3.300.863</u>	<u>2.953.471</u>

O valor de R\$347.392 refere-se ao Resultado Patrimonial do exercício. O resultado deu-se em virtude de as variações patrimoniais aumentativas serem maior que as variações patrimoniais diminutivas.

15. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MT, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

16. Despesas por natureza

Classificação	2019	2018
Despesa com Pessoal	1.259.356	1.347.086
Despesa Uso de Material de Consumo e Serviços	1.300.339	848.114
Depreciação, Amortização e Exaustão	114.282	53.769
Transferências Intergovernamentais	295.884	303.558
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	323.268	58.274
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	170.858	101.000
Total	3.229.163	2.711.800

17. Receitas por natureza

Classificação	2019	2018
Contribuições sociais	1.368.818	1.266.315
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	2.171.407	1.851.696
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	116.858	157.882
Outras variações patrimoniais aumentativas	37.436	17.686
Total	3.694.519	3.293.579

18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2019	2018
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.694.519	3.293.579
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(3.347.127)	(2.711.800)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>347.392</u>	<u>581.779</u>
Resultado Orçamentário	2019	2018
Receita Orçamentária Arrecadada	3.215.419	2.801.088
(-) Despesas Empenhadas	(2.968.719)	(2.503.064)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>246.700</u>	<u>298.034</u>
Superávit/Déficit Financeiro	2019	2018
Saldo Disponível Apurado	967.982	625.372
(-) Passivo Financeiro	(134.762)	(190.381)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>833.220</u>	<u>715.753</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

19. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância Segurada
Sede CAU/MT e Escritório descentralizado em Sinop-MT (Imóveis)	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	1.835.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1 veículo	250.000
		2.085.000

Os valores acima referem-se ao limite máximo de indenização conforme apólice encaminhada a esta auditoria. A variação da importância segurada em relação a "Imóveis", deu-se em virtude da abertura do escritório descentralizado em Sinop-MT.

20. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Cuiabá/MT